



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 3 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 18 de abril de 2012

JORNAL DO BRASIL

Senado deve votar nesta quarta unificação de ICMS para importados 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Comissão do Senado aprova proposta de unificação do ICMS 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Comissão do Senado aprova unificação do ICMS para importados..... 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO JORNAL DO BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Senado deve votar nesta quarta unificação de <u>ICMS</u> para <u>importados</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Senado deve concluir esta tarde a análise da proposta de resolução que unifica em 4% a alíquota do Imposto sobre **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) cobrada sobre produtos **importados** em operações interestaduais. A medida, que visa acabar com a disputa entre os estados pela entrada de produtos estrangeiros no país, foi aprovada nesta terça na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Se passar no plenário, ainda precisará ser analisada pela Câmara antes da sanção presidencial.

A discussão e votação da proposta, que duraram mais de quatro horas, provocaram intenso debate. Os governadores de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e do Espírito Santo, Renato Casagrande, e o vice-governador de Goiás, José Eliton Figueiredo, participaram da reunião da CAE e pediram regras de transição na implantação da proposta, que visa acabar com a chamada guerra dos portos.

Os apelos em favor do diálogo sensibilizaram vários defensores do projeto e a possibilidade de um novo prazo para negociações ganhou força. No entanto, requerimento pedindo o adiamento da votação, para 8 de maio, foi derrotado por pouco, com 12 senadores a favor e 13 contra.

A divisão acabou não prevalecendo na votação final, em que os senadores analisaram substitutivo do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), ao projeto original do senador Romero Jucá (PMDB-RR). A proposta foi aprovada por 20 votos a 6.

Tratoração

O senador Cyro Miranda (PDSB-GO) reclamou do “tratoração” do governo na condução da proposta no Senado. Paulo Bauer (PSDB-SC) disse que o **Governo Federal** não cedeu em nada que pudesse compensar as perdas dos estados afetados diretamente pela medida.

Já o relator da proposta, Eduardo Braga, afirmou que há um ano a matéria está em pauta, tendo o Senado realizado várias audiências públicas sobre o tema. Além disso, acrescentou, os estados e o Distrito Federal terão todo o resto do ano de 2012 para se adaptar às novas regras.

O senador Magno Malta (PR-ES) advertiu os integrantes da CAE que “a federação estava sendo derrotada e a Constituição, cuspidá”, com a votação da proposta. Malta

declarou-se fora da base do governo e disse que o Senado estava deixando de ser a Casa da Federação.

Prejuízo

Favorável à proposta, Aloysio Nunes (PSDB-SP) explicou que, pelo atual modelo de repartição do **ICMS** na origem e no destino, quando um estado concede um benefício fiscal, o faz em prejuízo de outro.

– Na verdade, o estado concede aquilo que não lhe pertence, o que é uma prática antifederativa grave – afirmou.

Mesmo favorável à proposta, Aloysio Nunes disse ter dúvidas quanto a sua eficácia para acabar com um “problema grave” do atual modelo, que é a judicialização do **ICMS**. Quando o estado de destino da **mercadoria** rejeita o crédito de **ICMS** concedido na origem dentro do esquema de concessão de incentivos – a essência da guerra dos portos –, o assunto acaba indo para a Justiça.

Aloysio Nunes disse que a definição de “conteúdo de **importação**” nos produtos, para efeito de tributação, pode gerar muitas controvérsias, já que é atribuída ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), cujas decisões são tomadas por unanimidade pelos secretários de fazenda estaduais.

Gradualismo

A defesa do gradualismo na aplicação das novas regras marcou pronunciamentos de vários senadores na CAE. Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) citou inclusive proposta dos secretários de fazenda das regiões Sul e Sudeste que previa redução gradativa, a fim de permitir a adaptação das contas estaduais.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lamentou que, apesar de ser conhecido como “a Casa do diálogo”, o Senado estivesse votando uma proposta que opunha vitoriosos e derrotados.

Ferraço criticou o que considerou “intransigência” do **Governo Federal** e disse que, como a proposta nasceu no Senado, por iniciativa de Romero Jucá, nada impedia a Casa de buscar o entendimento e elaborar um projeto alternativo.

Vantagens

Defensor da proposta, Armando Monteiro (PTB-PE) disse não ter dúvida de que o interesse nacional reclama a

imediate interrupção da guerra dos portos. Para ele, o que estava em pauta era o fim de concessão de benefícios fiscais a empresas **importadoras**, em prejuízo das empresas nacionais.

Autor da proposta, Romero Jucá lembrou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) contrárias às concessões feitas pelos estados à margem do Confaz. Ele argumentou que o projeto foi aperfeiçoado em discussões no Senado e disse que estão em estudo medidas para minimizar o impacto das mudanças em alguns estados.

A senadora Ana Rita (PT-ES) advertiu que não é prudente construir um cenário de vitoriosos e derrotados nessa matéria. Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o tratamento dado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, aos governadores dos estados prejudicados.

Pacto federativo

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a matéria deveria estar sendo discutida no conjunto de outros temas do pacto federativo, como as novas regras para distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a renegociação das dívidas estaduais e a repartição dos royalties de recursos minerais – e não apenas do petróleo.

Aécio defendeu emenda de sua autoria que previa compensação financeira aos estados afetados pela nova sistemática, até o sexto ano de eficácia da futura resolução do Senado. O parlamentar acusou a presidente Dilma Rousseff de aplicar às avessas a lição “tancrediana” (relativa ao ex-presidente Tancredo Neves) de que é mais produtivo um bom entendimento do que derrotar adversários.

Segundo ele, o “prazer mórbido” do governo de derrotar adversários agora se estende a aliados, numa referência aos senadores do Espírito Santo e de Santa Catarina, aliados do governo.

Integrante da base governista, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) apoiou Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina em sua reivindicação de um projeto negociado para a aplicação das novas regras.

O senador José Agripino (DEM-RN) disse que as **importações** que entram por esses três estados são majoritariamente de remédios e carros. Ele manifestou a suspeita de que a mudança nas regras beneficie determinados segmentos, como a indústria automobilística, dominada por empresas estrangeiras, em prejuízo dos três estados.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Comissão do Senado aprova proposta de unificação do <u>ICMS</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Petistas divergem, mas governo define alíquota de 4% para importados

BRASÍLIA. Depois de muita discussão e em clima de tensão e atrito entre senadores governistas, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem a proposta de unificar em 4% a alíquota do ICMS em operações interestaduais envolvendo produtos importados, acabando com a guerra fiscal entre portos brasileiros. Hoje, o ICMS nessas operações varia entre 12% e 7%, dependendo da região do estado.

A proposta foi aprovada por 20 votos a favor e apenas seis contra. Por determinação da presidente Dilma Rousseff, o governo usou o "rolo compressor", ignorando a resistência dos governadores e até pedidos de senadores aliados para que a votação fosse adiada. O governo quer votar a proposta hoje à tarde. A nova regra entra em vigor em janeiro do ano que vem.

O modo duro como o governo conduziu a votação provocou um bate-boca entre os senadores petistas José Pimentel (CE) e Lindbergh Farias (RJ): o primeiro queria a votação ontem e o segundo, o adiamento.

- Não é trabalho de Vossa Excelência, senador Pimentel, atuar como bedel. Não tenho de dar satisfação nenhuma à bancada. Como líder do governo, não tem o papel de ficar dando pito. Eu não lhe devo satisfação! - disse Lindbergh, no plenário do Senado mais tarde.

- Não retiro um milímetro da minha atuação na Comissão de Assuntos Econômicos - rebateu Pimentel.

A aprovação da Resolução 72 é o primeiro passo, dentro do Senado, para a aprovação do chamado minipacote tributário. O texto final foi apresentado pelo líder do governo no Senado e relator na CAE, Eduardo Braga (PMDB-AM), contrariando os interesses de três estados: Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou ontem que o governo vai conceder financiamentos do BNDDES a taxas reduzidas (em torno de 7%) para compensar os estados prejudicados pela mudança na forma de cobrança do ICMS sobre importações. Os governadores do Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás - os principais afetados pela alteração - queriam que a redução na alíquota do ICMS fosse feita de forma gradual, com um período de transição, de maneira que as economias locais não tivessem fortes perdas de receita de uma única vez.

- Para permitir que os estados façam essa transição (para a alíquota única), o governo está dando recursos, principalmente financeiros, a taxas de juros baixas de modo que eles não terão falta de recursos para substituir eventuais perdas, e para realizar novos investimentos - afirmou Mantega.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Comissão do Senado aprova unificação do <u>ICMS</u> para <u>importados</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Comissão aprova unificação do ICMS

Senadores do PT divergem mas rolo compressor do governo define alíquota de 4%

Cristiane Jungblut

BRASÍLIA. Depois de muita discussão e em clima de tensão e atrito entre senadores governistas, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem a proposta de unificar em 4% a alíquota do ICMS em operações interestaduais envolvendo produtos importados, acabando com a guerra fiscal entre portos brasileiros. Hoje, o ICMS nessas operações varia entre 12% e 7%, dependendo da região do estado.

A proposta foi aprovada por 20 votos a favor e apenas seis contra. Por determinação da presidente Dilma Rousseff, o governo usou o "rolo compressor", ignorando a resistência dos governadores e até pedidos de senadores aliados para que a votação fosse adiada. O governo quer votar a proposta hoje à tarde. A nova regra entra em vigor em janeiro do ano que vem.

O modo duro como o governo conduziu a votação provocou um bate-boca entre os senadores petistas José Pimentel (CE) e Lindbergh Farias (RJ): o primeiro queria a votação ontem e o segundo, o adiamento.

- Não é trabalho de Vossa Excelência, senador Pimentel, atuar como bedel. Não tenho de dar satisfação nenhuma à bancada. Como líder do governo, não tem o papel de ficar dando pito. Eu não lhe devo satisfação! - disse Lindbergh, no plenário do Senado mais tarde.

- Não retiro um milímetro da minha atuação na Comissão de Assuntos Econômicos - rebateu Pimentel.

A aprovação da Resolução 72 é o primeiro passo, dentro do Senado, para a aprovação do chamado minipacote tributário. O texto final foi apresentado pelo líder do governo no Senado e relator na CAE, Eduardo Braga (PMDB-AM), contrariando os interesses de três estados: Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou ontem que o governo vai conceder financiamentos do BNDES a taxas reduzidas (em torno de 7%) para compensar os estados prejudicados pela mudança na forma de cobrança do ICMS sobre importações. Os governadores do Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás - os principais afetados pela alteração - queriam que a redução na alíquota do ICMS fosse feita de forma gradual, com um período de transição, de maneira que as economias locais não tivessem fortes perdas de receita de uma única vez.

- Para permitir que os estados façam essa transição (para a alíquota única), o governo está dando recursos, principalmente financeiros, a taxas de juros baixas de modo que eles não terão falta de recursos para substituir eventuais perdas, e para realizar novos investimentos que vão atrair e fixar novas atividades econômicas no lugar dessas que eles estão praticando - disse Mantega. - A transição é dar recursos ao estado para ele migrar para uma atividade produtiva legítima, real, e não uma mera importação - completou.